



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO: competência, qualificação e modificações do trabalho docente

TRANSFORMATIONS IN THE WORLD OF WORK: competence, qualification and changes in teaching work

<https://www.sippe2023.com/>

Neidimar Vieira Lopes Gonzales
neidimar@unir.br

Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR

Tânia Regina Raitz
raitztania@gmail.com

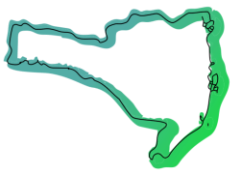
Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

GT-3- Educação, ambiente, saúde, inclusão e política pública

RESUMO: Atualmente, faz-se necessário conhecer as transformações ocorridas no mundo do trabalho considerando as múltiplas habilidades exigidas do profissional. Este trabalho é recorte de uma tese, caracteriza-se como descritivo de abordagem qualitativa e tem como objetivo apresentar as mudanças ocorridas no mundo do trabalho trazendo elementos para a compreensão da noção de competência, qualificação e das modificações do trabalho docente. O procedimento metodológico adotado foi revisão de literatura embasada nos estudos de Ribeiro (2009), Silva (2006), Locatelli (2017) e Raitz e Silva (2014). O estudo revela que surgem novos perfis profissionais para atender a ideologia do capital e da produção presentes no mundo do trabalho, expressos na identificação de habilidades cognitivas e de competências sociais. Conclui-se que urge repensar os processos formativos que envolvem instituições escolares, universidades, sindicatos, empresas e organizações não-governamentais para que sejam capazes de oportunizar o conhecimento para a luta de classes, para a reflexão crítica dos aspectos sociais, políticos, econômicos e das relações existentes no trabalho, de modo a compreender as forças hierárquicas de poder que subjazem ao setor produtivo capitalista.

PALAVRAS-CHAVE: Processos produtivos. Novo modelo profissional. Professor.

ABSTRACT: Nowadays, it is necessary to understand the transformations occurring in the world of work considering the multiple skills required of professionals. This work is an excerpt from a thesis, characterized as descriptive with a qualitative approach and aims to present the changes that have occurred in the world of work, bringing elements to understand the notion of competence, qualification and changes in teaching work. The methodological procedure adopted was a literature review based on studies by Ribeiro (2009), Silva (2006), Locatelli (2017) and Raitz and Silva (2014). The study reveals that new professional profiles emerge to meet the ideology of capital and production present in the world of work, expressed in the identification of cognitive skills and social skills. It is concluded that it is urgent to rethink the training processes that involve school institutions, universities, unions, companies and non-governmental organizations so that they are capable of providing knowledge for the revolution



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



of classes, for critical reflection on social, political, economic and of the relationships at work, in order to understand the hierarchical forces of power that underlie the capitalist productive sector.

KEYWORDS: Production processes. New professional template. Teacher.

INTRODUÇÃO

Este estudo é recorte de uma tese, tem como objetivo apresentar as mudanças ocorridas no mundo do trabalho trazendo elementos para a compreensão da noção de competência, qualificação e das modificações do trabalho docente. Pode-se afirmar que é uma temática relevante considerando o cenário atual pós-pandêmico em que o profissional teve que se reinventar e continua se reinventando para se manter atuante.

Na década de 1980, os países capitalistas passaram por transformações no mundo do trabalho em decorrência do surgimento de “novos elementos como a tecnologia de ponta, a automação, a robótica e a microeletrônica” (Silva, 2006, p. 139). Estes novos elementos influenciaram o mundo do trabalho e modificaram as formas de ingresso na estrutura produtiva, exigindo dos profissionais outras capacidades, habilidades e conhecimentos para atuação. Conseqüentemente, a competência vem se configurando “como resposta às demandas do mundo do trabalho por um tipo de formação mais adequado às transformações no sistema produtivo referenciada no conceito de flexibilidade” (Araújo, 2002, p. 98).

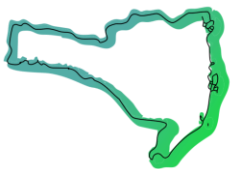
Com relação as transformações no sistema produtivo, Marx (1964, p. 159) destaca “com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens”. Assim, é reduzido o tempo útil das coisas para acelerar a produtividade, aumentando a lógica capitalista de expansão da economia de consumo. Desta forma, a força de trabalho humano se torna precária como consequência da competitividade e intensificação dos processos de trabalho. Nesta perspectiva, o trabalho não produz apenas mercadorias e produtos, mas pode ser considerado uma forma de alienação e subordinação.

A formação do indivíduo trabalhador passa a esconder as barreiras constituídas pelo capital que impedem a sua ascensão natural. Sendo assim, o capital controla a subjetividade do indivíduo, e este passa a se sentir responsável pelo seu desemprego ou por manter-se empregado. A partir disto, entendemos que a qualificação passa a ser o mote para a formação profissional. Conforme Sampaio e França (2008, p.1) a qualificação é um “termo originado desde o Estado de bem-estar social, com o objetivo de planejar, racionalizar os investimentos do Estado em garantir as demandas dos sistemas ocupacionais e do sistema educacional”.

Manfredi (1998) ao estudar as dimensões conceituais e políticas dos termos trabalho, qualificação e competência profissional destaca que a qualificação é entendida por muitos, como sinônimo de preparo do “capital humano”. Para a autora, essa concepção de qualificação surgiu nos anos 50 e 60, associada à ideia de desenvolvimento socioeconômico, a partir da necessidade de planejamento e racionalização dos investimentos do Estado referente à educação escolar, com o intuito de garantir no nível macro, maior conformidade entre as demandas dos sistemas ocupacionais e as do sistema educacional.

Os economistas americanos Theodore Schultz (1974) e Frederick Harbison (1974) defendiam a Teoria do Capital Humano, justificando a importância da instrução (qualificação) e do progresso do conhecimento como componentes fundamentais para a formação de recursos humanos, sendo uma maneira de suprir a falta de indivíduos com habilidades para trabalhar nos setores que caminhavam rumo a modernização (modelo industrial capitalista de produção).

Harbison (1974, p. 153) entende a formação de capital humano como "processo de formação e incremento do número de pessoas que possuem as habilidades, a educação e as experiências indispensáveis para o desenvolvimento político e econômico de um país”. A formação de capital humano resulta em despesas em educação, adiestramento (sentido estrito) e produz atitudes voltadas para



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



a atividade produtiva. Esta concepção de qualificação (formação de capital humano) vincula-se ao propósito macrossocietário de atender as demandas e necessidades técnico-organizativas dos setores do capital, pois desencadeou políticas educacionais e a criação de sistemas de formação profissional, com vistas à qualificação (preparo de mão de obra) para o mercado de trabalho. Segundo Frigotto (1998, p. 80) “O processo de escolaridade era interpretado como um elemento fundamental na formação do capital humano, necessário para garantir a capacidade competitiva das economias”.

Para Ribeiro (2009) a concepção de trabalho nas sociedades primitivas baseava-se na solidariedade e no coletivo, o que foi modificado a partir do advento da economia de mercado, momento que o trabalho perde a característica de espaço social e torna-se uma mercadoria. Desta forma, aliena o trabalhador e causa a separação de manual e intelectual, causando a divisão de classes, conforme Marx (1987).

No que se refere a separação do trabalho manual e intelectual (concepção e execução do trabalho no modelo capitalista) está ligada ao domínio do capital sobre o conhecimento e o poder. Isto explicita o pensamento de Marx de que ambos: trabalho manual e intelectual, exigem o uso tanto das funções mentais (pensamento) quanto físicas (corporal).

O processo de organização capitalista do trabalho realizado conforme condições estabelecidas e regulamentadas pelo capital é considerado positivo, por entender que o capital designa tarefas, define as formas de pagamento e normas com sanções para os casos de falhas. Por outro lado, é considerado negativo, pois evidencia as características de um trabalho alienado, fragmentado e desqualificante. (Manfredi, 1998) “O trabalho é o caminho de construção da identidade, e o homem constrói a sua identidade pelo trabalho. Nesta perspectiva, forma-se através do trabalho e o trabalho é o princípio de sua formação” (Ribeiro, 2009, p. 50), este pode ser tanto alienante quanto libertador.

METODOLOGIA (MATERIAIS E MÉTODOS)

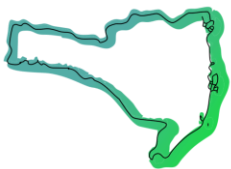
Para esta pesquisa realizou-se um estudo qualitativo, descritivo, valendo-se da revisão de literatura embasada nos estudos de Ribeiro (2009), Silva (2006), Locatelli (2017) e Raitz e Silva (2014) de modo a apresentar as mudanças ocorridas no mundo do trabalho trazendo elementos para a compreensão da noção de competência, qualificação e das modificações do trabalho docente. Desta forma, trata-se de um estudo de cunho bibliográfico em que se levou em consideração estudos que apresentaram a partir das noções desenvolvidas as relações na área educação e trabalho.

RESULTADOS

A partir da revisão de literatura, foi possível verificar as mudanças introduzidas no trabalho do docente. Compreendendo o trabalho docente a partir da lógica emprego/educação escolar, que confere o “*status*” por meio do certificado, Paiva (1995) esclarece que a economia e o planejamento da educação investiam na qualificação formal, ou seja, a busca por conseguir indivíduos diplomados conforme a demanda. O retorno conseguido pela qualificação era calculado pelo rendimento (salário) cuja variação era determinada pelo nível de escolaridade e as certificações da pessoa.

Nesta perspectiva Kuenzer (1985) destaca que a qualificação profissional estabelece a hierarquia nos postos de trabalho, o nível de escolaridade e especialização determinam hierarquicamente a representação de poder e tomada de decisões por parte daqueles considerados mais competentes. Para Manfredi (1998) a educação escolar hierarquizada, em níveis que constitui da base menos qualificada até a altamente qualificada, legitima as diferenças hierárquicas no mundo do trabalho, e ao contrário do que se espera não se torna em muitos casos uma possibilidade de acesso aos diversos sistemas de *status* profissionais, e conseqüentemente tem gerado o individualismo e a competitividade.

A mundialização do capital fez emergir a competitividade coletiva no mundo do trabalho, levando em conta a flexibilidade e polivalência do profissional (Silva Júnior, 2002). Desta forma,



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



emergem novos perfis profissionais e novos modelos de formação para atender ao mundo do trabalho, que conforme Catani (2001) estão expressos na identificação de habilidades cognitivas e de competências sociais requeridas no exercício das profissões nos distintos ramos de atividade. No entanto, para Silva (2006, p. 140) é necessário repensar “os perfis profissionais e os processos de formação nos âmbitos das escolas, universidades, sindicatos, empresas e organizações não-governamentais”. É necessária uma formação que seja capaz de oportunizar o conhecimento para a luta de classes, para a reflexão crítica dos aspectos sociais, políticos, econômicos e das relações existentes no trabalho, de modo a compreender as forças hierárquicas de poder que subjazem ao setor produtivo capitalista.

Por sua vez, houve transformações no contexto escolar decorrentes das mudanças do mundo do trabalho, cuja estrutura está organizada e reproduz a ideologia do capital e da produção presentes no mundo do trabalho. Contudo, para Soares, Carvalho e Kipnis (2003) os sistemas de ensino não conseguem atender essas exigências e necessidades.

Com relação a competência profissional, Libâneo (1999) toma por base os documentos legais para destacar dois tipos de pedagogos: 1 - o licenciado: o professor em todos os níveis de ensino que exerce as atividades de gestão, supervisão e orientação escolar; 2 - o bacharel: os especialistas dedicados a pesquisa, formação profissional, documentação, gestão de sistemas escolares, coordenação pedagógica, animação sociocultural, formação continuada em empresas, escolas e outras instituições. Libâneo desvela a multifuncionalidade do professor exigida por meio da legislação que regulamenta as diretrizes para os cursos de formação docente.

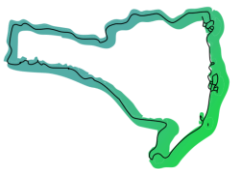
Entretanto, a legislação que embasa a formação profissional está subordinada ao interesse econômico ao apresentar pressupostos com vistas a qualificar a mão de obra, desenvolver a força de trabalho e estimular as relações de poder. Na perspectiva de formação polivalente, a educação torna-se um instrumento do capitalismo ao preparar o profissional para o mercado de trabalho (emprego) e não para a qualidade de vida e realização. Friedmann e Naville (1973, p. 47) defendem que “não se pode separar o indivíduo de uma série de agrupamentos, não podem ser isolados do meio mais ou menos instrumental que alimentam e do qual vivem nem subtraídos, de uma forma qualquer, às funções que nele desempenham”.

Silva (2006, p. 142) destaca que “as características presentes no mundo da produção podem ser verificadas e aplicadas na função do pedagogo, quando eles são instigados a realizar planejamento em equipes, compartilhar saberes, dialogar sobre as suas dificuldades, fazer dinâmicas de grupo entre si e serem flexíveis”. A competência é o novo requisito do mundo do trabalho. Para Ramos (2002), Manfredi (1998) e Dubar (1998) há sentido e intenção diferente quando se refere à qualificação e competência.

O conceito de qualificação está ligado à formação e ao diploma, ao domínio teórico e prático de conhecimentos que desenvolvem habilidades para o exercício de uma atividade profissional, por meio de um processo construído socialmente, ocorrendo em espaços diversos, sejam escolares ou extraescolares, sendo o diploma um requisito para o emprego. No entanto, os estudiosos supramencionados questionam se o diploma por si só pode assegurar a competência profissional, e se a qualificação pode garantir a competência.

Para Silva (2006) a flexibilização da produção e a reestruturação das ocupações levanta questionamentos sobre a adequação e a suficiência da qualificação como condicionante das relações de produção e dos códigos de acesso e permanência no mercado de trabalho. Desta forma, Ramos (2002) entende que a flexibilidade do mundo do trabalho, exige não mais a qualificação, mas a competência, pois promove, reconhece e valoriza os aspectos subjetivos, não formais e implícitos da qualificação.

Foi com as reformas educacionais dos anos 1990 que a noção de competência começou a ser discutida e apresentada na organização curricular no Brasil, a partir da orientação e do apoio financeiro recebidos de organismos internacionais sendo eles: o Banco Internacional de Desenvolvimento, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, a Unesco e a Organização Internacional do Trabalho. Conforme Deluiz (2001, p. 6) o objetivo da reforma foi “articular e subordinar a produção educacional às necessidades estabelecidas pelo mundo do trabalho e a necessidade de estabelecer mecanismos de



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



controle e avaliação da qualidade dos serviços educacionais”. Quanto à avaliação dos serviços educacionais, esta é realizada de forma hegemônica e estatística, organizada numa perspectiva produtivista que prioriza os resultados e não os processos. Para Pires e Sampaio (2015) os novos mecanismos de avaliação estão dentre os principais fatores que explicitam a intensificação do trabalho do professor.

As competências no currículo do Ensino Superior exigem um perfil profissional projetado, concebendo que a noção de competência pelas instituições superiores seria suficiente para garantir o elo entre trabalho e formação. Machado (1996) destaca as exigências requeridas ao novo perfil de qualificação da força de trabalho: a certificação por meio de escolaridade formal, criatividade e capacidade para adaptar-se a situações inesperadas, compreensão global das tarefas e das funções a elas relacionadas, capacidade de abstração, seleção, interpretação de informações, atenção e responsabilidade, administração participativa e capacidade de comunicação em grupo.

Com relação ao modelo de competências, Deluiz (2001, p. 10) destaca diferentes concepções e várias matrizes teórico-conceituais fundamentadas em modelos epistemológicos como a “matriz condutivista ou behaviorista, funcionalista, construtivista e crítico-emancipatória” que auxiliam na identificação, definição e construção de competências para a organização do currículo. No contexto da formação pedagógica, buscou-se na década de 1990 a emancipação do ensino nos moldes tradicionais, abandonando os padrões didático-pedagógicos originários do behaviorismo, utilizados para treinar os trabalhadores em funções parciais/específicas (semelhante ao modelo taylorista de produção) cuja intenção era desenvolver as competências da pessoa para que fosse capaz de resolver os acontecimentos inesperados (problemas) do dia a dia. Sendo desta forma, mais fácil controlar a força de trabalho por meio de estratégias de ressocialização e aculturação pela conformação da subjetividade do trabalhador.

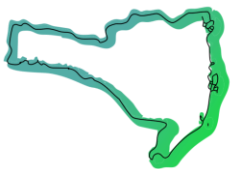
Assim, os interesses de patrões e empregados são entendidos como uma comunidade social e todos são vistos como colaboradores, implicando no trabalho em equipe (mas, a relação do coletivo é enfraquecida, despolitizada e sem ação política sindical); na autogestão do trabalho pela disciplina; no controle sobre os trabalhadores por parte dos próprios colegas, na acentuada valorização de aspectos atitudinais no que se refere ao saber fazer, evitando-se as resistências e os conflitos a este modelo de competências.

Assim, o trabalho passa a ser precarizado, subcontratado, ocorre e em tempo parcial, por conta própria e sem-carteira assinada. O trabalhador aceita o salário diferenciado (mais baixo) e a perda dos direitos e benefícios sociais destinados aos trabalhadores registrados, a flexibilidade como uma alternativa de se manter empregado, mediante aos acordos impostos pelo mundo do trabalho.

Para Deluiz (2001), no mundo dos sem-emprego, a lógica que defende o modelo das competências leva a culpabilização pela sua situação de exclusão e à busca de empregabilidade, sendo o trabalhador desempregado pressionado a ser competente para criar/inventar o seu próprio emprego, (atualmente, chamado de empreendedorismo). O modelo de competência além destes citados, apresenta outros aspectos negativos, como: a desprofissionalização e a polivalência decorrente do agrupamento das tarefas que levam a extinção de postos de trabalho e a demissões.

A desprofissionalização ocorre quando o trabalhador deixa de atuar dentro da esfera de saberes, atividades e referenciais próprios de sua profissão, negociados em acordos coletivos e corporativos, passando a desempenhar papéis e funções próprios de outras áreas e ocupações, com consequências para a sua (des)qualificação profissional. Há ainda, o *stress* e a ansiedade decorrentes do medo de perder o emprego, das relações de trabalho inseguras, da intensificação e expansão da jornada de trabalho, do enfrentamento cada vez maior de responsabilidades sem o aumento do salário ou da estabilidade no emprego e de ambientes de trabalho extremamente competitivos e individualistas (Deluiz, 2001).

Contudo, o modelo das competências apresenta alguns aspectos contraditórios que podem ser considerados positivos, como: a valorização do trabalho visto com caráter intelectualizado; mais autonomia, não é tão prescritivo; exige domínios cognitivos complexos e menos tecnicistas; requer a qualificação, e isto, possibilita elevar os níveis de escolaridade do trabalhador. Também é positivo, o saber fazer, a inteligência e a polivalência do trabalhador para utilizar diversos equipamentos e exercer



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



múltiplas funções independente de diplomas, além de possibilitar a construção de competências coletivas por meio do trabalho em equipe.

Deluiz (2001, p. 12) enfatiza que não se pode identificar, definir e construir competências profissionais a partir da necessidade e demanda do mercado sob a ótica do capital, é preciso considerar a dinâmica, as contradições do mundo do trabalho, os contextos macroeconômicos e políticos, as transformações técnicas e organizacionais, os impactos socioambientais, os saberes, os laços de solidariedade, os valores e as lutas coletivas dos trabalhadores.

Sendo assim, a competências no mundo do trabalho é vista a partir dos que vivem as situações de trabalho, neste caso, os próprios trabalhadores, e estes, devem “identificar os seus saberes formais e informais, as suas formas de cultura e o patrimônio de recursos por eles acumulado (aprendizados multidimensionais, transferências, reutilizações) nas atividades de trabalho”.

Sampaio e França (2008, p. 19) relatam ainda, que na década de 1990, aumentaram as discussões acerca das competências, sendo a temática recorrente na “ literatura dos planos, programas e políticas em educação. A noção de competências torna-se ordenadora da organização curricular e das práticas pedagógicas das instituições escolares e das instituições responsáveis pela formação profissional”. No entanto, estas, não têm conseguido alcançar a formação desvinculada dos interesses do mercado de trabalhos e do capitalismo produtivo, pois a educação não é neutra.

Os conceitos e concepções de competências expressam os interesses dos grupos e das forças sociais que os elaboram, sob esta ótica, a noção de competência é uma construção social e alvo de disputas políticas. (Deluiz, 2001) Entretanto, para formar profissionais ativos, dinâmicos e autônomos Ribeiro (2009, p. 54) destaca a necessidade de “criar situações formativas em que possam desenvolver as suas capacidades pessoais, e não apenas profissionais”.

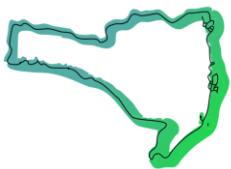
Complementamos as orientações de Ribeiro, enfatizando a necessidade de considerar as experiências, o saber prático/empírico informal do profissional/estudante, criar situações que o leve a aprender a aprender, a posicionar-se criticamente, a sentir-se responsável e coparticipe na busca do conhecimento profissional, ajudá-lo a reconhecer-se como sujeito histórico-social, condição para tornar-se cidadão, e oportunizar a participação coletiva, o sentimento de pertencimento, o incentivo, o encorajamento e o estímulo para a aprendizagem e a mudança pós formação.

Raitz e Silva (2014) destacam que as atribuições docentes estão reduzidas às competências e habilidades técnicas, como consequência das transformações do mundo do trabalho, em destaque nas instituições privadas que impõem graus de excelência em sua produção. Neste sentido, fazendo uma comparação com o contexto pós-pandêmico, a situação de isolamento e as adequações exigidas pela Pandemia causada pela COVID-19 não é muito diferente do que ocorreu nos anos 1980 e 1990, pois os profissionais das diversas áreas tiveram que adequar-se às novas exigências do caos mundial, buscando conhecimentos e desenvolvendo habilidades e atividades que outrora não faziam parte de seu cotidiano; especificamente na educação, exigindo o uso de recursos tecnológicos, habilidades emocionais, psicológicas e motivacionais para a oferta de uma aula atrativa, dinâmica e de qualidade. Além das habilidades para lidar com o trabalho *home office*, o profissional se vê obrigado a atender essas exigências como uma maneira de garantir a permanência no emprego.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esta pesquisa foi possível compreender que “o processo de mudanças, resultado de um novo momento histórico, político, econômico e social, é refletido por um novo modelo de produção, configurado no profissional polivalente, multifuncional e dinâmico” (Silva 2006, p. 141). Deve-se considerar a composição e as modificações do trabalho docente relacionadas aos interesses econômicos, políticos dominantes e aos processos de regulação ou reformas educacionais.

Para Locatelli (2017) as condições do trabalho docente no Ensino Superior sofrem com os impactos das transformações do mundo do trabalho, passando a ser visto pelos especialistas como uma oportunidade para torná-lo um campo cada vez mais produtivo e lucrativo para as instituições públicas



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE

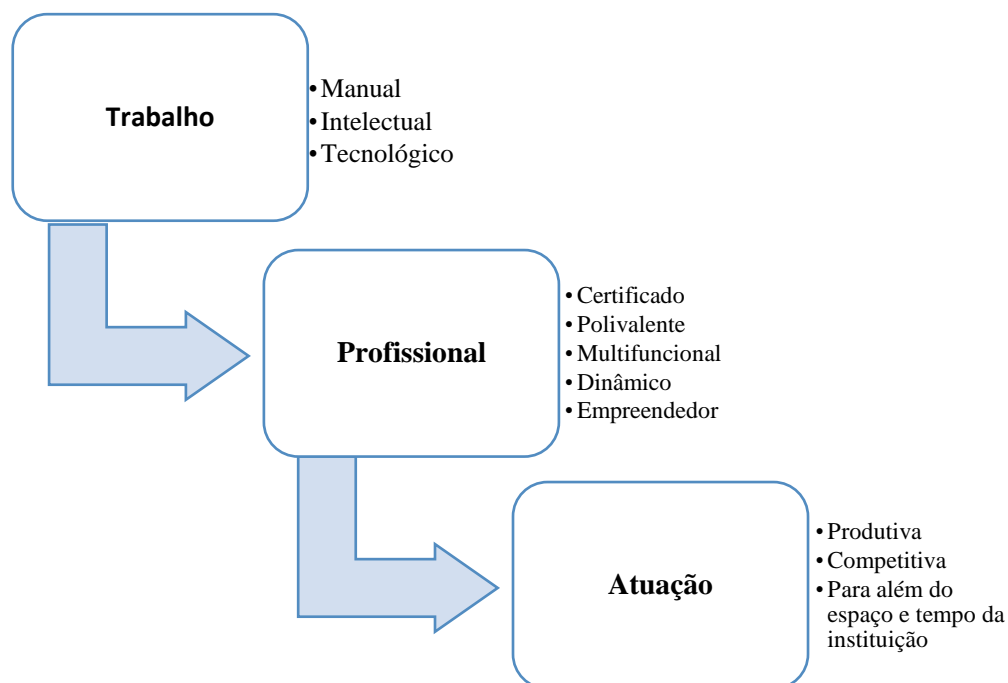


e privadas. O crescimento do setor privado e a criação de um conjunto de normas, avaliações e controles, da constituição de um professor de tempo parcial, sem autoridade, enfraquecido quanto a sua capacidade crítica e seu status de intelectual, forçado a um fazer repetitivo do ato de “dar” aula, cujas preocupações estão voltadas para os indicadores de produtividade que ocorreram no Brasil nas últimas duas décadas do século XX, é consequência do processo de adequação do projeto político nacional à nova ordem mundial.

Lombardi (2011) entende que as relações de produção e forças produtivas determinam a forma de viver dos indivíduos, de pensar, transmitir as ideias, e os conhecimentos que possuem sobre a vida, sobre a realidade natural e social, ou seja, determinam também como deve ser a educação/ensino. A relação entre trabalho e educação sempre esteve ligada às transformações ocorridas na sociedade, ocasionadas por questões políticas e econômicas. As transformações no mundo do trabalho forçaram a adaptação e organização dos meios de produção, bem como a relação entre os indivíduos, principalmente no exercício profissional.

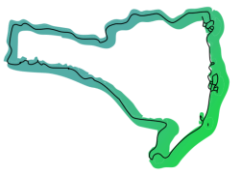
Neste sentido, Locatelli (2017, p.80) entende que “a reestruturação produtiva está relacionada a uma contraofensiva do capital aos avanços políticos, sociais e econômicos conquistados pelos trabalhadores com suas lutas sindicais e aos avanços democráticos”. Com este estudo identificamos elementos presentes na concepção de trabalho que configuram um novo modelo profissional decorrente do processo de mudança: o **trabalho** (manual, intelectual e tecnológico), o **profissional** (certificado, polivalente, multifuncional, dinâmico e empreendedor) e a **atuação** (produtiva, competitiva, para além do espaço e tempo da instituição). Estes elementos estão representados na figura 1.

Figura 1– Elementos presentes na concepção de trabalho que configuram um novo modelo profissional decorrente do processo de mudança



Fonte: Elaborado pelas autoras

O ambiente/local de trabalho nas perspectivas atuais de gestão sofre mudanças importantes, não é mais fixo e previsível, o tempo de trabalho não se limita apenas ao espaço da empresa e por meio das ferramentas tecnológicas é possível em qualquer tempo e lugar resolver questões relativas ao trabalho.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



Os processos produtivos exigem o trabalhador-empresendedor com motivações para o sucesso e autoconfiante, no entanto, sendo também este o sujeito ideal para engrossar as filas do desemprego. E todos esses elementos impactam o trabalho docente, pois a preocupação centra-se na competitividade, na produtividade, na qualificação devido a pressão para a obtenção de títulos, o pouco tempo para planejamento, estudo e até mesmo para descansar.

Tais pontos têm se tornado uma realidade na prática docente, exigindo uma reorganização pessoal, emocional, psicológica e profissional para atender as demandas emergentes. Portanto, há necessidade de estudos contínuos e aprofundamentos que enfatizem as problemáticas da intensificação e da sobrecarga no trabalho docente. Neste sentido, novos tempos de aumento da precarização e de novas e complexas responsabilidades das professoras e professores decorrentes das reformas neoliberais e das mudanças na produção econômica/socio/cultural. Pesquisas mostram que as docentes de muitos municípios brasileiros estão permanentemente envolvidas com o trabalho, em jornadas intensas e de sobrecarga que exigem uma constante dedicação ao trabalho, se considerarmos o gênero, estendendo-se a jornada ao espaço doméstico e produzindo condições que frequentemente levam ao adoecimento.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, R. Saber tácito. **Dicionário da educação profissional**: núcleo de estudos sobre trabalho e educação. Belo Horizonte: Fidalgo e Machado, 2002.

CATANI, Denice Bárbara – Entre o pessoal e o profissional: o estágio, as narrativas e o processo de formação. In.: SOUZA, Elizeu Clementino de (Org.) – **Anais do IV Encontro de Estágio Supervisionado da UNEB**. Salvador: Editora da UNEB, 2001, p. 09-26.

DELUIZ, Neise. O modelo de competências profissionais no mundo do trabalho e na educação: implicações para o currículo. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, set/dez 2001. Disponível em:
https://r.search.yahoo.com/_ylt=A2KLfSex9FhglzsApBVXNyoA;_ylu=Y29sbwNiZjEEcG9zAzEEdnRpZANDMTc2NV8xBHNIYwNzcg--/RV=2/RE=1616471346/RO=10/RU=https%3a%2f%2fensinosociologia.milharal.org%2ffiles%2f2010%2f09%2fDeluiz2001.doc/RK=2/RS=NPztChSkMt.Fo_QHIpgEjkFGoKw-. Acesso em 13 de mar. 2023.

DUBAR, Claude. A sociologia do trabalho frente à qualificação e à competência. **Educação e Sociedade**. vol. 19, n. 64, Campinas, set. 1998.

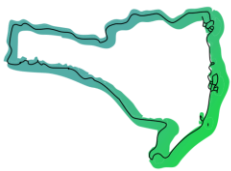
FRIEDMANN, Georges; NAVILLE, Pierre. **Tratado de sociologia do trabalho**. Tradução de Octávio Mendes Cajado. São Paulo, Cultrix, Ed. da Universidade de São Paulo, v.2, 1973.

FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.) **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. Petrópolis-RJ: Vozes, 1998.

HARBISON, Frederick H. Mão-de-obra e desenvolvimento econômico: Problemas e estratégia. In: PEREIRA, Luiz (org.). **Desenvolvimento, trabalho e educação**. 2 ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1974.

KUENZER, Acácia Z. **Pedagogia da fábrica**. São Paulo, Cortez e Autores Associados, 1985.

LIBÂNEO, José. Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



LOCATELLI, Cleomar. Os professores no ensino superior brasileiro: transformações do trabalho docente na última década. **Rev. bras. Estudos pedagógicos**. (on-line), Brasília, v. 98, n. 248, p. 77-93. jan./abr. 2017.

LOMBARDI, José Claudinei. Educação e ensino na Obra de Marx e Engels. Campinas: SP, Editora Alínea, 2011.

MACHADO, Lucília R. S. Qualificação do trabalho e as relações sociais. In: MACHADO, Lucília R. S. **Gestão do trabalho e formação do trabalhador**. Belo Horizonte: MCM, 1996,

MANFREDI, Silvia. Maria. **Trabalho, qualificação e competência profissional** das dimensões conceituais e políticas. Educação e Sociedade, vol. 19, n. 64, Campinas, set. 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/DyMQBvNTdc9R9jY7ff6nnHg/?lang=pt>. Acesso em 20 de ago. 2023.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Lisboa: Portugal, LDA, 1964.

PAIVA, Vanilda. "Inovação Tecnológica e Qualificação". In: **Revista Educação e Sociedade**, ano XVI, abril 1995.

PIRES, Aparecida Carneiro. SAMPAIO, Inayá Maria. As transformações no mundo do trabalho e a gestão do trabalho do professor – Utopia e a saúde do trabalhador. In: SOUZA, Vilma Aparecida. SILVA, Fernanda Duarte Araújo. NETO, Armindo Quilici. (Orgs.) **Formação de professores**. Uberlândia: MG, 2015. Disponível em https://www.academia.edu/28971601/AS_TRANSFORMA%C3%87%C3%95ES_NO_MUNDO_DO_TRABALHO_E_A_GEST%C3%83O_DO_TRABALHO_DO_PROFESSOR_UTOPIA_E_A_SA%C3%9ADE_DO_TRABALHADOR?email_work_card=view-paper. Acesso em 06 de ago. 2023.

RAITZ, Tânia Regina. SILVA, Christie Dinon Lourenço da. Trajetórias identitárias e sentidos do trabalho docente para professores universitários. **Revista Psicologia & Sociedade**, n.26, v. 1. 2014, p. 204-2013.

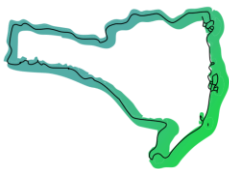
RAMOS, Marise Nogueira. **A Pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?** 2.ed. Cortez Editora. São Paulo, 2002.

RIBEIRO, Ricardo. O Trabalho como Princípio Educativo: algumas reflexões In: **Saúde e Sociedade**, vol.18, supl.2, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sausoc/v18s2/07.pdf>. Acesso em 20 de ago. 2023.

SAMPAIO, Inayá Maria. FRANÇA, Robson Luiz de. Formação e qualificação profissional: um breve histórico das ambiguidades e semelhanças no período de 1970-2005. **HISTEBR**, Unicamp, 2008. Disponível em: https://www.histedbr.fe.unicamp.br/pf-histedbr/encontro/encontro1/trab_pdf/t_inaya%20maria%20sampaio.pdf. Acesso em 07 de ago 2023.

SILVA, Fabiana Sena da. O mundo do trabalho e as novas competências profissionais para o pedagogo. In: **Rev. Fac. Educ.** UFG, 31 (1): 139-156, jan./jun. 2006.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis. **Tendências do ensino superior diante da atual reestruturação do**



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



processo produtivo no Brasil. São Paulo: [s.n], 2002.

SOARES, Sergei; CARVALHO, Luiza; KIPNIS, Bernardo. Os jovens adultos de 18 a 25 anos: retrato de uma dívida da política educacional. **IPEA**. Texto para discussão n.954. Rio de Janeiro, junho, 2003.

SCHULTZ, Theodore W. Educação como investimento. In: PEREIRA, Luiz (org.). **Desenvolvimento, trabalho e educação**. 2 ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1974.